

LUTA DE CLASSES E  
INTERNACIONALISMO EM  
ANTÓNIO JOSÉ SARAIVA E  
JOÃO MARTINS PEREIRA

*Class struggle and internationalism  
in António José Saraiva and  
João Martins Pereira*

JOÃO CARLOS DOS SANTOS MOREIRA  
*joaocsantosmoreira@gmail.com*  
ISCTE

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2408-3790>

DOI

[https://doi.org/10.14195/0870-4112\\_3-9\\_3](https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_3)

Texto recebido em / Text submitted on: 30/05/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 23/11/2023

**Biblos.** Número 9, 2023 • 3.<sup>a</sup> Série  
pp. 67-88

## RESUMO

No âmbito da história das ideias, este artigo analisa o modo como os conceitos de luta de classes e internacionalismo foram sendo interpretados por João Martins Pereira e por António José Saraiva, ao longo do período balizado entre meados da década de 1960 e meados da década de 1980. Identificando estes autores como vozes representativas de distintas sensibilidades da Nova Esquerda, compreende-se o desenvolvimento ou aprofundamento de perspectivas quanto àqueles conceitos fundamentais no edifício teórico-político do marxismo, expressas tanto no domínio público, como no âmbito privado. Nesse sentido, a investigação traduziu-se numa análise qualitativa de um conjunto diversificado de fontes – entre elas, livros, entrevistas, manuscritos inéditos, artigos publicados na imprensa escrita e cartas pessoais.

**Palavras-chave:** Intelectuais; internacionalismo; luta de classes; marxismo; Nova Esquerda.

## ABSTRACT

Within the scope of the history of ideas, this article analyzes the way in which the concepts of class struggle and internationalism were interpreted by João Martins Pereira and António José Saraiva, throughout the period between the mid-1960s and the mid-1980s. Identifying these authors as representative voices of different New Left sensibilities, we understand the development or deepening of perspectives regarding those fundamental concepts in the theoretical-political building of Marxism, expressed both in the public and private domains. In this sense, the investigation resulted in a qualitative analysis of a diverse set of sources – including books, interviews, unpublished manuscripts, articles published in the written press and personal letters.

**Keywords:** Class struggle; intellectuals; internationalism; Marxism; New Left.

## INTRODUÇÃO: CRISE E RENOVAÇÃO DO MARXISMO

A divulgação do “relatório secreto” de Nikita Krushev, em 1956, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), e a repressão da Revolução Húngara nesse mesmo ano, por parte dos tanques soviéticos, potenciaram, no interior e nas margens dos partidos comunistas, a emergência de leituras dissidentes e heterodoxas sobre o materialismo histórico. Os legados de Leon Trotsky, Antonio Gramsci, Rosa Luxemburgo e György Lukács, que pareciam adquirir uma nova atualidade, ofereciam novos entendimentos sobre a burocratização dos regimes do socialismo real, os caminhos da revolução mundial e a luta política das classes trabalhadoras.

Mas se estes teóricos contribuíram, por um lado, para a emergência de um marxismo sofisticado, dissemelhante do modelo veiculado pelo PCUS de Estaline, considerado dogmático e determinista, por outro, não constituíram um corpo teórico-político homogêneo. Quase simultaneamente, surgiam com grande impacto público diversos autores, como Jean-Paul Sartre, Herbert Marcuse e Ernest Mandel, que fomentavam uma heterodoxia que parecia libertar o marxismo do colete de forças do período anterior. Contudo, o surgimento de um conjunto de teóricos e grupos marxistas, não só distintos em relação ao filão maioritário associado ao marxismo-leninismo, mas também diferentes entre si, contribuiu para um certo enfraquecimento da doutrina. Crítico do marxismo, Raymond Aron escrevia então de forma algo jocosa, mas também realista, que “cada temperamento, cada grupo intelectual descobre um aspeto da doutrina adequada às suas preferências” (1981: 161).

Assim, esta nova geografia marxista manifestava, um “renascimento” doutrinário (Marek, 1987: 311), mas também elementos de “crise” (Kouvelakis, 2008: 23-48). Amplo, heterodoxo e informal, este campo teórico e político, comunidade ideológica, de inspiração marxista – mas que se demarcava tanto do estalinismo quanto da social-democracia – foi denominado de Nova Esquerda<sup>1</sup>. Apesar de plural, esta vaga revestia-se de alguns elementos

---

<sup>1</sup> A expressão tem raiz na revista *New Left Review*, de Stuart Hall. No seguimento do XX Congresso do PCUS e da repressão da Revolução Húngara, particularmente a partir de 1960, data da sua fundação, a revista torna-se um polo de reflexão e debate de académicos-militantes.

comuns e fundamentais: as críticas do socialismo real, do marxismo *oficial* e do partido leninista como meio de transformação da realidade social e política, e a valorização dos jovens, das mulheres, outros grupos oprimidos e excluídos, considerados agentes transformação social (Cardina e Soeiro, 2013: 25-57).

António José Saraiva e João Martins Pereira foram dois intelectuais portugueses cuja intervenção pública, a partir da década de 1960, foi marcada por esta heterogénea vaga político-cultural. A partir desse chão comum, no entanto, os seus percursos afastaram-se, emergindo nestes os elementos de renovação e crise da Nova Esquerda. Para Saraiva, o dessacralizar do marxismo-leninismo implicou uma gradual, ainda que não linear, desfiliação do marxismo como método interpretativo do processo histórico. Para Martins Pereira, intelectual de inspiração sartreana, a emergência de múltiplas leituras no seio do materialismo histórico proporcionou uma releitura de velhos debates e um aprofundamento crítico de novas questões teóricas. A esse respeito, as reflexões sobre as ideias de luta de classes e de internacionalismo são sintomáticas.

## ITINERÁRIOS DE DOIS INTELECTUAIS

Nascido em Leiria no último dia de 1917, Saraiva teve uma carreira académica ímpar na historiografia da literatura portuguesa. Aderindo ao PCP em 1944, foi, entretanto, preso pela polícia política que nunca mais deixou de o perseguir ou, pelo menos, vigiar<sup>2</sup>. Notabilizou-se, então, como *maître à penser* de uma geração e pela defesa intransigente do neo-realismo.

Exilou-se primeiramente em França, entre 1961 e 1970, e depois nos Países Baixos, onde permaneceu até 1975. O período de exílio e as curtas estadias na União Soviética e na Checoslováquia (Neves, 2005: 188) coincidiram com o seu processo de questionamento da teoria marxista e com o seu afastamento em relação ao PCP, que abandonaria em 1963.

---

<sup>2</sup> Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo PIDE, Delegação do Porto, Processo individual 14667.

Apesar de admitir alguma validade ao marxismo, em 1964, já se autoidentificava como “a-doxo” (Neves, 2005: 92), perdendo uma rede teórica que havia suportado uma cosmovisão bem definida. Dois anos mais tarde, Óscar Lopes haveria de contar a Eduardo Prado Coelho a “grande guinada pendular” do amigo<sup>3</sup>. A Eduardo Lourenço, o próprio Saraiva escrevia: “a minha solidão ideológica e política é, neste momento, total”<sup>4</sup>.

O processo de revisão do marxismo oficial não foi, no entanto, apenas resultado das visitas à União Soviética ou da vida em França. Para isso muito contribuíram múltiplas – e, porventura, antagónicas – leituras: Alexis Tocqueville e o “jovem Marx”<sup>5</sup>, António Sérgio e o federalista Pierre-Joseph Proudhon, Immanuel Kant e o marxista-freudiano Herbert Marcuse, Mahatma Gandhi e o socialista utópico Joseph Fourier, para além do próprio Eduardo Lourenço, em particular *Heterodoxia II*, de 1967. De uma forma geral, Saraiva era um pensador preocupado com os temas da alienação e da tecnologia, crítico da modernidade, eclético, libertário e partidário de uma sociedade descentralizada.

A sua nova reflexão política tornou-se clara aquando da publicação do êxito editorial e polémico *Maio e a Crise da Civilização Burguesa*, em 1970, que teve como pano de fundo os acontecimentos do Maio de 1968, em Paris, por si presenciados. Tal reflexão teve respostas incisivas por parte de diversos setores da oposição, entre elas a do próprio PCP que, pela mão de Álvaro Cunhal, denunciava o “livro anticomunista”, anatematizando o seu autor – um entre outros “teorizadores pequeno-burgueses” –, vagamente associado à

---

<sup>3</sup> Carta de Óscar Lopes a Eduardo Prado Coelho, Porto, 6-2-[1]966. Arquivo particular de Alexandra Prado Coelho, Cx. 2.

<sup>4</sup> Carta de António José Saraiva a Eduardo Lourenço, Paris, 4-6-1967. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo Nacional de Cultura Contemporânea, Espólio de Eduardo Lourenço.

<sup>5</sup> Designação de Louis Althusser que propôs uma releitura da obra de Marx baseada no que identificou de corte epistemológico entre o humanismo pré-científico do “jovem Marx” e o materialismo do Marx maduro. De acordo com o autor francês, somente a partir de 1845 – mais concretamente a partir da redação de *A Ideologia Alemã* – Marx iniciou um discurso científico e compôs as principais teses da doutrina (Althusser, 2015).

propaganda do “imperialismo” e do “fascismo” (Cunhal, 2013: 134 e 511-540). Diabolizado de então em diante pelo seu antigo partido e maldito por parte significativa da emergente esquerda de matriz maoísta, Saraiva desabafava com alguns amigos. A Eduardo Lourenço notava: “[...] há um cerco de silêncio à minha volta [...]. Bons tempos em que um tinha uma *claque!*”<sup>6</sup>. A Augusto Abelaira escrevia: “Tenho apanhado tanta pancada e visto tantas costas voltadas, que qualquer solidariedade humana é para mim como água em terra seca”<sup>7</sup>.

Apesar do isolamento, aproximou-se dos socialistas de Mário Soares que iam ganhando algum espaço entre a oposição ao Estado Novo. Saraiva não era um socialista, mas concordava com a política de diálogo que os socialistas pareciam querer iniciar com Caetano. Procurando caracterizá-lo a Jorge de Sena, Lourenço afirmava que aquele já não era o djanovista “brutal”. Pelo contrário, “o atual Saraiva é um anti-Saraiva desse outro” (Sena, 1981: 83).

A Revolução de Abril não promoveu a sua filiação nos novos partidos legais. Logo em maio de 1974, confidenciava a Óscar Lopes: “não [...] tenciono ter quais quer compromissos partidários”. Isso não invalidou, contudo, a sua intervenção pública, nomeadamente na revista *Vida Mundial*, a partir de outubro 1974. Com o avanço da revolução, afastou-se da imprensa escrita, voltando apenas em novembro de 1975, no primeiro número da revista *Critério*<sup>8</sup>, na qual foi co-autor da “Nota de abertura” e do “editorial”. Abandonando gradualmente o campo da esquerda, defendeu os chamados “retornados” e culpou toda a população portuguesa “pela política de Portugal em África” (Saraiva, 2015: 134).

Ao longo de todo o ano de 1976 a sua intervenção pública foi residual e não se debruçou sobre os acontecimentos políticos do país. Na verdade,

---

<sup>6</sup> Carta de António José Saraiva a Eduardo Lourenço, Amesterdão, [?]-3-1972. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo Nacional de Cultura Contemporânea, Espólio de Eduardo Lourenço. Itálicos do autor.

<sup>7</sup> Carta de António José Saraiva a Augusto Abelaira, Amesterdão, sem data. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo Nacional de Cultura Contemporânea, Espólio de Augusto Abelaira.

<sup>8</sup> Revista de João Palma Ferreira que contava com a colaboração de autores como Jorge de Sena, Alexandre O’Neill, Miguel Torga, Vergílio Ferreira.

esta ausência foi o começo de um gradual alheamento do comentário público da política nacional em prol de uma intervenção centrada em debates mais latos, de que foi exemplo a sua intervenção na por si fundada revista *Raiz e Utopia*, em 1977.

Em 1979, lançou a controvérsia com o polémico artigo “O 25 de Abril e a História” ao considerar o 25 de Abril “a maior vergonha de que há memória desde Alcácer Quibir” (2015: 258). Um ano depois considerou a vitória eleitoral da Aliança Democrática “um grande passo para a institucionalização do sistema político democrático” que, ainda nas suas palavras, “afastou o fantasma da ditadura” (Neves, 2005: 434; Saraiva, 2004: 615). A partir de então, começou a manifestar, de forma pública, apreço político por Eanes, Salazar e pelo regime do Estado Novo (Saraiva, 2004: 615, 630, 934 e 975).

Foi precisamente na década de 1980 que o autor surgiu na esfera pública com inúmeras intervenções de fundo patriótico e conservador que, se em alguma medida eram já perceptíveis em alguma correspondência privada da década de 1960, só então ganharam expressão pública. Em abril de 1984, questionado sobre o modo como celebraria o décimo aniversário do 25 de Abril, avançou com uma resposta sintomática de um percurso individual, mas também de uma época: “[...] vou passar o dia a escrever. É o costume das quartas-feiras” (Saraiva, 2004: 745).

Aproximando-se, por um lado, de algumas teses pós-modernas e, por outro, de um certo conservadorismo, Saraiva deixou de reconhecer-se no campo político da esquerda ou do socialismo. Este era, na realidade, um António José Saraiva qualitativamente diferente, quer do acérrimo defensor do neo-realismo da década de 1950, quer do utópico libertário *soixante-huitard*. A sua transformação ideológica foi de tal forma profunda que, no início da década de 1980, João Martins Pereira o havia de considerar “o ‘caso mais sério’ do pensamento de direita em Portugal” (Pereira, 1983: 81-83).

Ao contrário de Saraiva, Martins Pereira não teve formação na área das humanidades. Nascido em novembro de 1932, formou-se em Engenharia Químico-Industrial no Instituto Superior Técnico, em 1956. Entre 1963 e 1964 estudou sociologia e economia do trabalho em Paris, e, nos dois últimos anos da governação de Salazar, iniciou uma intervenção pública regular

na *Seara Nova*, dando, assim, início ao que considerava ser o “que de mais revolucionário podem fazer os intelectuais”. Como procurou dizer ao próprio Saraiva, “pôr a nu, pelas armas teóricas de que dispomos, a realidade dos mecanismos de dominação no nosso país [...]”<sup>9</sup>.

Envolveu-se na candidatura da Comissão Democrática Eleitoral às eleições de 1969, e fez também parte, desde aquele ano, da redação da nova série de *O Tempo e o Modo* – até ser expulso, em 1971, por uma maioria maoísta. Entretanto, ainda em 1971, publicou *Pensar Portugal Hoje* que, num mês, esgotou a sua primeira edição. Em 1973 foi convidado a ser membro da Comissão Nacional do III Congresso da Oposição Democrática – cargo que não aceitou.

A 22 de abril de 1974, entregou à gráfica *Indústria, Ideologia e Quotidiano*, obra de fundo que procurava explicar as tendências da sociedade portuguesa e que o enquadrava num marxismo sofisticado e heterodoxo. Após o 25 de Abril, tornou-se o principal responsável pela área económica da revista *Vida Mundial* e, no seguimento do 11 de Março de 1975, entrou para o IV Governo Provisório como secretário de Estado da Indústria e da Tecnologia, estando à frente do processo de nacionalizações. No entanto, devido a divergências políticas com o PCP e PS, demitir-se-ia do cargo em julho desse mesmo ano.

Em 1976, fundou e dirigiu o *Gazeta da Semana*, tendo apoiado a candidatura presidencial de Otelo Saraiva de Carvalho e, no final do ano, publicou *O Socialismo, a Transição e o Caso Português* – obra que aprofunda a sua reflexão sobre a transição para o socialismo em Portugal e noutros países. No entanto, o rápido desaparecimento do *Gazeta* acompanhou um progressivo afastamento da sua intervenção na imprensa escrita. Quando se deu a viragem para a década de 1980 Martins Pereira já não intervinha publicamente com regularidade.

---

<sup>9</sup> Carta de João Martins Pereira a António José Saraiva. Lisboa: 15-3-1970. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo PIDE, Serviços Centrais, Processos CI(2) – Centro de Informação 2 (Informações do Estrangeiro e das Colónias) 2982.

Em 1981, não publicou qualquer artigo e, em 1982, apenas dois. Se no seguimento do 25 de Novembro a imprensa foi sendo tomada por “antigonçalvistas” (Dionísio, 1993: 262), esse processo aprofundou-se na década de 1980, fechando-se cada vez mais a vozes críticas do *status quo* como Martins Pereira que, por exemplo, viu recusada por diversos jornais a publicação de um artigo da sua autoria a favor da despenalização do aborto.

Essa situação provocou a publicação do livro *No Reino dos Falsos Avestruzes*, em 1983. As suas incisivas críticas ao meio político-cultural português mereceram respostas do próprio campo da esquerda. Prado Coelho classificou, então, de “inabitável” o lugar político e ideológico em que este intelectual se colocava (Coelho, 1983: 24R-25R). Não destoando, Eduardo Lourenço caracterizou Martins Pereira como um intelectual “sozinho” na sua “pura ilha-esquerda” (Lourenço, 1983: 48-50). No mesmo sentido, Saraiva considerou o livro um mero “grito na noite” (Saraiva, 1983: 50-52).

## **A QUESTÃO DO INTERNACIONALISMO E DA SOLIDARIEDADE OPERÁRIA**

Estes dois percursos, tão distintos entre si, implicaram distintas respostas a assuntos que se foram expressando entre os intelectuais portugueses de formação marxista. Um deles foi precisamente a questão do internacionalismo. Na perspectiva de Saraiva, a classe trabalhadora havia demonstrado ao longo das décadas anteriores que o nacionalismo e o interesse individual eram predominantes na sua mundividência: em 1969, notava a Óscar Lopes que o internacionalismo operário era desmentido pelo apoio dos trabalhadores americanos à Guerra do Vietname ou pelo papel desempenhado pelo Partido Comunista Francês na Guerra da Argélia (Neves, 2005: 236); em 1980, no *Diário de Notícias*, declarava que “a classe operária não se uniu através do Mundo, antes se desuniu por [*sic*] próprios países ‘socialistas’”; no ano seguinte, em 1981, num artigo publicado no mesmo jornal, assegurava que “a solidariedade internacional dos trabalhadores” não havia sido provada “pelos factos” (Saraiva, 2004: 562-578); no prefácio, datado de 1983, a uma nova edição de *Dicionário Crítico*, afirmava que Marx se equivocara ao afirmar que “a classe operária é internacionalista”. Para con-

firmar a sua tese, Saraiva dava mesmo o exemplo de Hitler que, escrevia, havia mobilizado o “operariado alemão em torno do nacionalismo” (Saraiva, 1996: 18-19). Numa palavra, Saraiva considerava que Marx e, de uma forma geral, os marxistas estavam imbuídos de um otimismo antropológico por entenderem a solidariedade como uma característica inata aos trabalhadores.

Este género de considerações foi, no entanto, criticado quer por clássicos do marxismo, como Gramsci – que criticou a ideia de os proletários serem naturalmente “altruístas” (Gramsci, 2019: 72) –, quer por ex-comunistas, como Leszek Kolakowski – que denunciou “todas as variantes sentimentais” nas leituras de Marx (Kolakowski, 1985: 19). De todo o modo, era essa a perspetiva de Saraiva até ao início da década de 1960. Para compreender, de forma lata, a evolução do seu pensamento atente-se que em *Dicionário Crítico*, de 1960, o autor referia-se ao “homem de direita” como aquele que “descrê da bondade do indivíduo”, ao contrário “progressista”, para quem os homens seriam, portanto, genericamente bons (Saraiva, 1996: 85-86).

Não deixa de ser curioso que Saraiva, um autor tão marcado pelos *Manuscritos Económico-Filosóficos* de Marx, em particular pelas suas considerações relativas à alienação, tenha assim interpretado o pensamento do filósofo. Precisamente naquela obra, por diversas vezes Marx concluiu que o sistema de propriedade privada fomentava “a concorrência” e a “competição” cada vez “maior, mais anormal e mais violenta”, entre trabalhadores – pelo que estes não eram naturalmente solidários (ou sequer internacionalistas) (Marx, 2017: 93, 97 e 106). Aliás, o filósofo alemão chegou mesmo a afirmar que o trabalho sob o regime de propriedade privada “produz estupidez” e “cretinismo para os trabalhadores” (Marx, 2017: 147). Mais tarde, em *A Ideologia Alemã*, Marx, então acompanhado por Engels, regressava ao assunto. A citação é longa, mas esclarecedora do seu pensamento:

A concorrência isola os indivíduos uns contra os outros, não apenas os burgueses mas ainda mais os proletários, e isto a despeito de os aproximar. [...] só ao cabo de longas lutas se consegue vencer todo o poder organizado contraposto a estes indivíduos isolados que vivem no seio de relações que diariamente reproduzem o isolamento. Reclamar o contrário seria o mesmo

que reclamar a não existência de concorrência nesta época histórica determinada, ou que os indivíduos banissem da cabeça relações sobre as quais, enquanto isolados, não têm nenhum controlo. [...] Os indivíduos isolados [...] contrapõem-se [...] hostilmente uns aos outros, em concorrência. (Marx e Engels, 2008: 69-71)

Por essa razão, no quadro da fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1864, Marx esclarecia que o “laço de fraternidade [...] *deve* [sublinhado nosso] existir entre os operários de diferentes países”, que “a emancipação das classes operárias *requer* [sublinhado nosso] o seu concurso fraterno” e ainda que “a emancipação do trabalho não é um problema local nem um problema nacional, mas um problema social” que envolvia todo o mundo desenvolvido (Marx e Engels, 1983: 12-14). O próprio Eduardo Lourenço, insuspeito de marxismo, compreendia, em 1986, a Esquerda como “a *vontade* de solidariedade” [sublinhado nosso], reconhecendo, desse modo, um voluntarismo inerente, necessário, à esquerda enquanto ideia política (Lourenço, 2009: 60).

Quase 15 anos mais novo, João Martins Pereira não teve militância político-partidária nem passagem pelos paradigmas teóricos do PCP. Ernest Mandel, reputado economista e principal dirigente da IV Internacional (trotskista), e Che Guevara, dirigente da Revolução Cubana, concorriam para uma perceção menos dogmática e ortodoxa do processo histórico. Ao contrário do que se passava com Saraiva, o internacionalismo não era algo exterior a Martins Pereira. Marxista, reconhecia a validade e necessidade daquela ideia e prática políticas. Em 1967, aquando da sua estadia na Checoslováquia, debruçava-se sobre o modo como a Guerra do Vietnam era negligenciada pelas elites políticas daquele país:

Procura-se em vão um sinal visível de que alguém por aqui se preocupe seriamente com a tragédia de um país socialista irmão, longínquo, que nos confins da Ásia, segundo a esquerda ocidental, “luta por todos nós”<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> “Checoslováquia 1967”, sem data. Centro de Documentação 25 de Abril, Espólio de João Martins Pereira. Secção Atividade Privada, Subsecção Vida Pessoal, Cx. 185.

Se era possível adivinhar essa posição de princípio nos últimos anos do Estado Novo, ela tornou-se clara semanas depois do 25 de Abril de 1974. Logo em julho daquele ano, o autor denunciava as teses dominantes – mesmo à esquerda – de que o mundo se dividia verticalmente “em blocos [capitalista e socialista]”. No seu entendimento, a principal divisão entre seres humanos era de carácter social – e não de potências regionais –, pelo que a contradição fundamental ao capitalismo residia na luta de classes à escala global. A própria sorte da revolução portuguesa jogava-se num âmbito internacional. A sua afirmação era clara: “o socialismo [português] será internacionalista, ou não será” (AAVV, 1974: 36).

No mesmo sentido, no artigo “Portugal depende de quem?”, de novembro de 1974, procurou evidenciar “a ‘interdependência’ entre as ‘lutas de libertação’ dos trabalhadores de todos os países” (Pereira, 1975c: 14). Da mesma forma, em setembro de 1975, poucas semanas antes da morte de Franco, destacava a coincidência das lutas dos trabalhadores portugueses com as das oposições ao regime nacionalista em Espanha, lembrando que as suas sortes eram, de alguma forma, dependentes (Pereira, 1975b: 8-9).

Quase um ano depois, em junho de 1976, avançava com um esboço de um projeto de independência nacional, salientando que esta teria de compreender novas relações económicas do país sob “uma solidariedade internacional *indispensável* [itálicos de Martins Pereira]” (Pereira, 1976a: 3). E, por fim, no livro *O Socialismo, a Transição e o Caso Português*, desse mesmo ano, reconhecia a “difícil”, mas necessária, “solidariedade revolucionária internacional”, para a construção da sociedade socialista (Pereira, 1976b: 252). O internacionalismo não era, portanto, nem uma abstração nem uma característica inata dos trabalhadores. Pelo contrário, era entendido como uma necessidade política e um fator decisivo na construção do socialismo em Portugal e no mundo.

Foi, apenas em 1980, no já referido livro *Sistemas Económicos e Consciência Social*, que Martins Pereira respondeu de forma mais evidente a Saraiva, acabando por explicar de forma mais profunda a sua compreensão do que Marx

e Engels entendiam por solidariedade operária e internacionalismo<sup>11</sup>. No seu entendimento, ao contrário do que eram muitas vezes acusados, os autores do *Manifesto Comunista* não eram dotados de um “otimismo primário quanto à propensão humana para o altruísmo, a solidariedade, a generosidade”. Afinal, Marx e Engels “nunca postularam que *os homens* seriam naturalmente bons (nem maus)”<sup>12</sup>, nem entenderam a luta de classes “em termos maniqueístas, de luta entre bons e maus”. E por não idealizarem os trabalhadores, por não “reconhecerem qualquer solidariedade natural [...] aos proletários”, Marx e Engels incentivavam os operários a serem “solidários”, pois esse era um (ou o) fator determinante para a sua vitória política (Pereira, 1980: 116). Para o pensador português era essa a razão de ser do internacionalismo e da solidariedade, pelo que se exprimia desta forma:

“Proletários de todos os países, uni-vos!”. O percurso é inverso do dos idealistas, do dos utópicos: o mecanismo próprio do modo de produção capitalista desenvolve interesses contraditórios e antagónicos entre exploradores e explorados; a compreensão desses interesses, e da inelutabilidade da luta a travar, levará a uma cada vez maior solidariedade entre os membros das classes em confronto. A solidariedade aparece assim quando muito como uma necessidade histórica, e não como um sentimento inerente a uma qualquer *natureza humana*, que cada um transporta consigo para a vida coletiva. (Pereira, 1980: 117)

---

<sup>11</sup> Em 1968, no artigo “Os estimulantes materiais na economia”, publicado na *Seara Nova*, Martins Pereira já abordava o tema, contestando tanto a ideia de que o ser humano é naturalmente competitivo, quanto a ideia de que este é naturalmente solidário. Nesse sentido, considerava que o contexto social dos homens, sim, promovia comportamentos num ou noutro sentido (Pereira, 1968: 115).

<sup>12</sup> Note-se que poucos meses antes da publicação do livro de Martins Pereira, num artigo intitulado “Cristianismo e marxismo” e publicado no *Diário de Notícias*, Saraiva dizia que os marxistas, ao contrário do que pretendiam, tinham um “comportamento idealista” partindo da “pressuposição igualmente mítica e dogmática de que a natureza [inclusive a *natureza* dos homens] é ‘boa’ e igualitária”. Provocatoriamente classificava os primeiros de “idealistas do materialismo” (Saraiva, 2015: 331).

Neste âmbito, é pertinente ler as palavras de Marx e Engels na obra *A Sagrada Família*, saída em 1844:

Se os escritores socialistas atribuem ao proletariado esse papel histórico-mundial [na superação do regime de propriedade privada], isso não acontece, de nenhuma maneira, [...] pelo fato de eles terem os proletários na condição de *deuses*. Muito pelo contrário. Porque a abstração de toda humanidade, até mesmo da aparência de humanidade, praticamente já é completa entre o proletariado instruído; porque nas condições de vida do proletariado estão resumidas as condições de vida da sociedade de hoje, agudizadas do modo mais desumano; porque o homem se perdeu a si mesmo no proletariado, mas ao mesmo tempo ganhou com isso não apenas a consciência teórica dessa perda, como também, sob a ação de uma *penúria* absolutamente imperiosa – a expressão prática da *necessidade* –, que já não pode mais ser evitada nem embelezada, foi obrigado à revolta contra essas desumanidades; por causa disso o proletariado pode e deve libertar-se a si mesmo.

(Marx e Engels, 2011: 49)

Desta leitura depreende-se que, pese embora a manifesta influência dos primeiros escritos de Marx sobre Saraiva, não foi este que aqui adotou o raciocínio do jovem filósofo alemão, mas, sim, Martins Pereira. Aliás, se outras passagens de Marx e/ou Engels poderiam comprovar a profunda marca destes autores neste intelectual português, esta é particularmente esclarecedora. Note-se a esse respeito que não só o raciocínio é idêntico como os termos – e, de uma forma genérica, a formulação – de Martins Pereira são ou iguais ou análogos aos utilizados pelos fundadores do materialismo histórico. Enquanto a palavra “necessidade” é usada em ambos os textos (no de Marx e Engels o substantivo é mesmo sublinhado), os termos “compreensão” e “luta/confronto” em Martins Pereira substituem (ou podem substituir), respetivamente, as expressões “consciência teórica” e “revolta” da dupla intelectual alemã.

## CLASSE E LUTA DE CLASSES

O entendimento que Martins Pereira fazia da realidade social impeliu-o a reconhecer não só a existência de classes, que lutavam por interesses diversos, mas também distintas frações de classe. Ao longo da sua intervenção pública, o autor procurou caracterizar, para além dos diversos estratos da classe trabalhadora, os distintos setores e frações da burguesia portuguesa, os seus objetivos e os seus aliados. Não por acaso, o sucesso editorial *Pensar Portugal Hoje*, de 1971, poderia muito bem denominar-se, como o próprio acabou por escrever, “estratégia da burguesia portuguesa, hoje”. Por exemplo, a governação de Marcello Caetano foi por si compreendida como o derradeiro sinal da progressiva substituição política de um “setor agrário-comercial” – muito comprometido ideológica e economicamente com o regime do Estado Novo – por um “setor financeiro-industrial” apostado no aumento da produtividade, do consumo, das ligações à Europa-além-Pirenéus e, portanto, na elevação da economia portuguesa a um estágio de neocapitalismo (Pereira, 1971: 14-15).

No entanto, a sua visão sobre a luta de classes não tinha por base uma compreensão economicista do marxismo. Com efeito, não era reduzida a uma mera luta entre trabalhadores – representados caricaturalmente como homens vestidos com um fato de macaco – e patrões. Em 1974, reconhecia uma ligação entre a luta pela libertação das mulheres – “a revolução sexual (no sentido de revolução nas relações entre os sexos)” – e a luta de classes geralmente entendida. Martins Pereira não separava, com efeito, a “luta económica”, a “luta ideológica” e a “luta política”. Nas suas palavras, estas eram “apenas aspetos diferentes, mas rigorosamente articulados, de uma mesma luta” (Pereira, 1974b: 215-221) – ainda que menosprezados pelos “chamados ‘movimentos democráticos’” de oposição ao Estado Novo (Pereira, 1974b: 190).

Também neste âmbito, não deixa de ser curioso que Martins Pereira ousasse compreender a situação de opressão e de exploração das mulheres em Portugal e o seu papel na “unidade reprodutiva” familiar. As suas palavras parecem coincidir com as de muitas teóricas feministas da atualidade, em particular as de inspiração marxista:

[...] a mulher trabalha diariamente tantas ou mais horas que o homem, sem que isso acrescente um tostão ao “Produto Nacional Bruto”: numa sociedade mercantil, só tem valor o que se pode vender no mercado. O trabalho da mulher destina-se a contribuir para a reprodução da força de trabalho do *marido*, e da força de trabalho social (através da “produção” de filhos).  
(Pereira, 1974b: 189)

Também em 1974 voltaria a notar que a luta de classes deveria atravessar, não só os “locais de trabalho”, mas também “*todos os outros níveis do quotidiano* [itálicos de Martins Pereira]” (Pereira, 1974a: 19). Este entendimento da luta de classes estava associado à tese – por diversas vezes referida – de que, estabilizados os mecanismos da economia capitalista, os aumentos salariais seriam sempre recuperáveis pelos detentores do capital (Pereira, 1974c: 25-35). Por isso, a 6 março de 1975, poucos dias antes de assumir o cargo de Secretário de Estado da Indústria e da Tecnologia do IV Governo Provisório, voltava ao tema, explicando o seu entendimento lato da luta de classes:

A luta pela terra, pela habitação, pela saúde, pelos transportes, pelo direito à educação, por uma *nova* cultura, por uma *nova* moral, etc., são outros tantos aspetos da luta de classes, ao mesmo título que a luta pelo aumento de salários, por melhores condições de trabalho, pelo controlo da produção, ao nível da produção.  
(Pereira, 1975a: 45, itálicos do autor)

Nesta afirmação, o intelectual não só confirmava uma compreensão ampla da luta a travar pela classe trabalhadora, como, em certa medida, deixava adivinhar a sua posição perante os novos temas que caracterizariam a nova cultura e a nova moral reivindicadas por largos setores da esquerda, como a questão ambiental e a emancipação das mulheres.

Esta atenção ao quotidiano e às suas contradições colocava Martins Pereira na senda de um marxista heterodoxo com larga influência durante a década de 1960, André Gorz. Para o autor francês, o modo de produção capitalista não podia ser combatido apenas no âmbito político e económico, como apontavam

diversas leituras de Marx. Dada a hegemonia das relações de produção capitalistas nos mais variados aspetos da vida contemporânea, do ensino às fábricas, a luta devia ser “global” e “cultural por uma [outra] conceção do homem, da vida, do ensino, do trabalho e da civilização” (Gorz, 1975: 258).

Uma vez mais, a distância teórica para Saraiva era evidente. Em todo o caso, no início da década de 1960, a ideia de luta de classes ainda era válida para Saraiva, apesar deste reconhecer existirem “outros fatores sociológicos [...] que têm uma importância básica no processo histórico” (Neves, 2005: 75). Em 1965, finalmente, a tese da luta de classes estava posta de lado. Naquele ano, comentava com Óscar Lopes que Marx se havia equivocado na sua leitura da História:

a luta de classes não altera o curso dos acontecimentos. É independentemente dela que desaparece a escravatura, que surge o servo da gleba, que desaparece o servo da gleba, que surge o proletariado rural.

(Neves, 2005: 135)

Essa reflexão foi exposta, de forma pública, em 1970, no polémico *Maio e a Crise da Civilização Burguesa*: “até hoje nenhuma transformação resultou da luta entre duas classes opostas pelo sistema fundamental de exploração” [itálicos de Saraiva]. Nem o fim da escravidão havia resultado da vitória política dos escravos, nem o fim do feudalismo das revoltas de camponeses<sup>13</sup>. Na sua análise sobressaíam o que designava de “fatores marginais ou exteriores ao eixo de exploração”, de que eram exemplo, já no século XX, o “partido leninista” na Rússia, os “intelectuais” na China e os “burgueses esclarecidos” em Cuba (Saraiva, 2005: 122-123).

Por sua vez, nas décadas que se haviam seguido ao segundo pós-guerra, o próprio proletariado havia sofrido uma alteração qualitativa. Esta já não

---

<sup>13</sup> Apesar de não fazer qualquer referência a Aron, Saraiva coincidia, neste aspeto, com o autor francês que reconhecia que a luta de classes era “deturpada” pela conceção de um conflito antagónico entre classes. No entendimento deste, “a rivalidade entre a burguesia e o proletariado difere na essência da rivalidade entre aristocracia e a burguesia” (Aron, 1981: 439).

era apenas uma classe produtora, mas também consumidora. No seguimento dessa transformação económica e social, que integrava a classe produtora na sociedade de consumo, as “contradições internas ao capitalismo”, entre elas a que ganhava expressão na luta de classes, já não eram decisivas (Neves, 2005: 174). Na “mentalidade”, trabalhadores e patrões eram classes cada vez menos opostas e cada vez mais homogêneas (Neves, 2005: 240). Aliás, apesar da “existência diferente” do operário em relação ao capitalista, em 1977, Saraiva observava que “o objetivo fundamental [do primeiro] é ter uma vida tão boa como um burguês” (Saraiva, 2004: 476).

Neste ponto não deve ser descurado o impacto dos escritos da juventude de Marx no autor português. Por variadas vezes Saraiva deixou entender a alienação como um problema do Homem (de todos os Homens) e não de uma classe em particular. Exemplo disso foi o seu comentário, enquanto diretor da revista *Raiz e Utopia*: “[...] pensamos que tanto os que obedecem como os que mandam estão igualmente alienados” (Saraiva, 2004: 478). A ideia de luta de classes, no passado e no então presente, carecia, portanto de validade. Formulada na “época áurea da burguesia” por “historiadores românticos” (Saraiva, 2004: 492) era, em 1979, somente um “produto da imaginação” sem impacto real na História (Saraiva, 2015: 339).

Um ano depois, em 1980, avançava no mesmo sentido, entendendo a burguesia apenas como uma invenção, “figura de retórica atrás da qual se esconde um mito”. O que existia, no seu entendimento, era “uma sociedade mercantil” que abarcava todos os indivíduos de forma homogênea (Saraiva, 2004: 569).

Saraiva ultrapassava mesmo os mais reconhecidos intelectuais liberais, como Raymond Aron. Apesar de empenhado na luta teórica contra o marxismo, o autor francês não negava a existência da luta de classes, tendo um entendimento distinto, associando-o a uma “rivalidade dos diferentes grupos sociais pela repartição do produto nacional e pela organização da política ou da economia” (Aron, 1983: 191). Esta ideia era em larga medida partilhada por Eduardo Lourenço que escrevia: “o Socialismo não teve que inventar ‘a luta de classes’. Ela é a realidade milenária das sociedades humanas” (Lourenço, 1982: 10-11).

## CONCLUSÃO

Iniciada de forma epistolar, em 1970, mas logo interrompida pela polícia política que apreendeu uma resposta de Martins Pereira a uma primeira carta de Saraiva, a discussão entre os dois autores só ganharia uma expressão pública em 1983. Nesse ano, Martins Pereira publicava *No Reino dos Falsos Avestruzes*, livro em que denunciou de forma contundente as contradições dos novos intelectuais de direita em Portugal, entre eles o que considerava mais importante, António José Saraiva.

A leitura das reflexões dos dois autores, representativos de distintas sensibilidades do caldo da *Nova Esquerda*, sobre o internacionalismo e a luta de classes, é a chave para a compreensão de percursos teóricos antagónicos. Apesar de ambos terem conhecido um espaço comum – o do intelectual de oposição, para utilizar a expressão de Rui Bebiano (2015: 37) –, as suas concepções da condição humana e do processo histórico foram divergindo sucessivamente, ao ponto destes dois intelectuais se encontrarem, na década de 1980, em culturas políticas distintas<sup>14</sup>.

Nesse âmbito, é possível inserir Martins Pereira na categoria, formulada por Razmig Keucheyan, dos intelectuais “resistentes” – ou seja, das mulheres e homens que mantiveram, de uma forma geral, uma certa fidelidade ao projeto de transformação social (Keucheyan, 2013: 87). De igual forma, é possível inserir Saraiva na categoria dos intelectuais “convertidos” – por outras palavras, daqueles que “deixaram de elaborar um pensamento crítico” e acabaram “reconciliados com [...] a ordem social” (Keucheyan, 2013: 78-82).

De todo o modo, o enquadramento nas diversas categorias de Keucheyan apenas reflete a forma como os intelectuais – particularmente aqueles que se reconheciam na cultura da esquerda – foram reagindo à “constelação de derrotas” (Traverso, 2019: 57) observada

---

<sup>14</sup> Por “cultura política” entende-se a definição avançada por Serge Berstein, ou seja, “espécie de código e de um conjunto de referentes [...] difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas” a que corresponde uma “leitura comum e normativa do passado histórico” e uma “concepção da sociedade ideal” (Berstein, 2018: 349-364).

ao longo da segunda metade do século XX e que arruinou esperanças numa realidade social e política pós-capitalista.

## BIBLIOGRAFIA

### FONTES

- AAVV (1974). *Portugal Pode Viver Sem as Colónias*. Lisboa: Pontos de Vista.
- Althusser, Louis (2015). *Por Marx*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Aron, Raymond (1981). *O Ópio dos Intelectuais*. Coimbra: Coimbra Editora.
- (1983). *O Espectador Comprometido*. Lisboa: Moraes Editora.
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo PIDE, Delegação do Porto, Processo individual 14667.
- Arquivo PIDE, Serviços Centrais, Processos CI(2) – Centro de Informação 2 (Informações do Estrangeiro e das Colónias) 2982.
- Arquivo particular de Alexandra Prado Coelho.
- Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo Nacional de Cultura Contemporânea, Espólio de Eduardo Lourenço.
- Arquivo Nacional de Cultura Contemporânea, Espólio de Augusto Abelaira.
- Centro de Documentação 25 de Abril, Espólio de João Martins Pereira.
- Coelho, Eduardo Prado (1983). O homeopata e os antibióticos. *Expresso*, 23 de abril, 24R-25R.
- Cunhal, Álvaro (2013). *Obras Escolhidas – Tomo IV*. Lisboa: Editorial “Avante!”.
- Gorz, André (1975). *Reforma e Revolução*. Lisboa: Edições 70.
- Gramsci, Antonio (2019). *Libertar o Futuro*. Oeiras: Edições Outro Modo/Seara Nova.
- Kolakowski, Leszek (1985). *O Espírito Revolucionário e Marxismo: utopia e anti-utopia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Lourenço, Eduardo (1982). Não tenho vergonha de «ser de esquerda». *O Jornal*, 29 de outubro de 1982, 10-11.
- (1983). Robinson Martins-Pereira e a Ilha-Esquerda. *Plural*, 1 de outubro, 48-50.
- (2009). *A Esquerda na Encruzilhada ou Fora da História*. Lisboa: Grávida.
- Marx, Karl (2017). *Manuscritos Económico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70.
- Marx, Karl e Friedrich Engels (1983). *Obras Escolhidas – Tomo II*. Lisboa: Editorial “Avante!”.
- (2008). *Obras Escolhidas – Tomo I*. Lisboa: Editorial “Avante!”.

- (2011). *A Sagrada Família ou A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. São Paulo: Boitempo.
- Neves, Leonor Curado (Ed.) (2005). *António José Saraiva e Óscar Lopes - Correspondência*. Lisboa: Gradiva.
- Pereira, João Martins (1968). Estimulantes materiais na economia. *Seara Nova*, abril.
- (1971). *Pensar Portugal Hoje*. Lisboa: Dom Quixote.
- (1974a). 54 dias depois: acertar o passo?. *Expresso*, 20 de julho, 10.
- (1974b). *Indústria, Ideologia e Quotidiano – ensaio sobre o capitalismo em Portugal*. Lisboa: Afrontamento.
- (1974c). Para onde vai o capitalismo português? Procura de uma resposta com João Martins Pereira: entrevista de Adelino Cardoso. *Vida Mundial*, 17 outubro, 25-35.
- (1975a). Carta aberta a Melo Antunes. *Vida Mundial*, 6 de março, 45.
- (1975b). Espanha - as lágrimas que nos prometem. *República*, 30 de setembro, 8-9.
- (1975c). *Portugal 75: Dependência Externa e Vias de Desenvolvimento*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- (1976a). Independência nacional e socialismo. *Gazeta da Semana*, 3 de junho, 3.
- (1976b). *O Socialismo, a Transição e o Caso Português*. Lisboa: Bertrand.
- (1980). *Sistemas Económicos e Consciência Social – Para uma teoria do socialismo como sistema global*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Saraiva, António José (1983). Um grito na noite. *Plural*, outubro, 50-52.
- (1996). *Dicionário Crítico*. Lisboa: Gradiva.
- (2004). *Crónicas – Entrevistas, críticas e outros escritos*. Matosinhos: Quidnovi.
- (2005). *Maio e a Crise da Civilização Burguesa*. Lisboa: Gradiva.
- (2015). *Filhos de Saturno*. Lisboa: Gradiva.
- Sena, Mécia de (Org.) (1981). *Correspondência – Eduardo Lourenço e Jorge de Sena*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

## ESTUDOS

- Bebiano, Rui (2015). Abril e a “Revolução dos Intelectuais”. *Le Monde Diplomatique - Edição Portuguesa*, agosto, 37-39.
- Berstein, Serge (2018). A cultura política. In Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli (Dir.), *Para Uma História Cultural (349-364)*. Lisboa: Editorial Estampa.

- Cardina, Miguel e Soeiro, José (2013). A esquerda radical. In João Cardoso Rosas e Ana Rita Ferreira (Org.), *Ideologias Políticas Contemporâneas – Mudanças e Permanências* (25-57). Lisboa: Almedina.
- Dionísio, Eduarda (1993). *Títulos, Ações, Obrigações – A Cultura em Portugal, 1974-1994*. Lisboa: Edições Salamandra.
- Kouvelakis, Sathis (2008). The Crises of Marxism and the Transformation on Capitalism. In Sathis Kouvelakis e Jacques Bidet (Ed.), *A Critical Companion to Contemporary Marxism* (23-48). Boston: Brill.
- Marek, Franz (1987). A desagregação do estalinismo. In Eric Hobsbawm (Org.), *História do Marxismo – o marxismo na época da Terceira Internacional: de Gramsci à crise do stalinismo*, Vol. 10. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Traverso, Enzo (2019). *Melancolía de izquierda – Después de las utopías*. Barcelona: Galaxia Gutenberg.
- Keucheyan, Razmig (2013). *Hemisferio Izquierda – un mapa de los nuevos pensamientos críticos*. Madrid: Siglo XXI.